

SWINBURNE, R. *A Existência de Deus*. Trad. Agnaldo C. Portugal, Brasília: Academia Monergista, 2015 [2004]

Richard Swinburne é considerado um dos filósofos contemporâneos mais importantes; autor bastante prolífico, ele contribuiu para a discussão de vários problemas filosóficos nas áreas de metafísica e epistemologia, mas o foco principal da sua obra é a filosofia da religião. No centro da sua reflexão está uma trilogia de livros na qual são debatidos a coerência interna do teísmo, a questão da existência do Deus teísta e as relações entre a fé e a razão. É a edição substancialmente revisada em 2004 do segundo volume dessa trilogia que foi traduzida para o português pelo Prof. Agnaldo Portugal e publicada pela Academia Monergista com o título de *A Existência de Deus*.

O livro é uma tentativa séria e sofisticada de desenvolver uma teologia natural, ou seja, apresentar argumentos visando estabelecer a racionalidade da crença na existência de Deus sem apelar para verdades reveladas, mas fazendo uso exclusivo das faculdades cognitivas humanas comuns. O resultado final é colossal. A edição brasileira tem mais de 550 páginas, nas quais o autor desenvolve um único argumento bem longo, porém sem nunca perder de vista o seu propósito inicial. Ao longo dessas tantas páginas, Swinburne acumula no seu argumento resultados de vários argumentos teístas e ateístas tradicionais, gerando, no fim, um saldo positivo a favor de Deus. E é justamente essa característica cumulativa do argumento que torna *A Existência de Deus* fascinante e original.

A espinha dorsal do livro é o algoritmo que permite computar os vários resultados aos quais o autor chega na discussão dos vários argumentos teístas e ateístas. Esse algoritmo é o teorema de Bayes, um teorema do cálculo de probabilidade usado para calcular o impacto de evidências sobre hipóteses e teorias. O teorema é o seguinte:

$$P(h|e) = \frac{P(h) \times P(e|h)}{P(e|h) \times P(h) + P(e|\sim h) \times P(\sim h)}$$

Leia-se: a probabilidade posterior da hipótese h dada a evidência e é igual à probabilidade de h anterior a e multiplicada pela probabilidade de e ocorrer se h for verdadeira (que é chamada de “*likelihood*” de e) dividida pela probabilidade total de e (que é a probabilidade de e ocorrer quando se considera h e as hipóteses $\sim h$ concorrentes de h que poderiam nos levar a esperar que e ocorresse). Ao primeiro fator do lado direito do Teorema de

Bayes, Swinburne dá o nome de “probabilidade intrínseca”, ao segundo, o nome de “poder explicativo”. Desse modo, a investigação da racionalidade do teísmo, que é o problema de saber se temos evidência suficiente para assentir à hipótese de que há um Deus pessoal, onipotente e sumamente bom, será levada adiante pela consideração da probabilidade intrínseca do teísmo e do seu poder explicativo.

Após apresentar o Teorema de Bayes e assentar as bases conceituais da sua investigação na primeira parte do livro, que corresponde aos capítulos 1 a 4, Swinburne responde no capítulo 5 a questão sobre a probabilidade intrínseca do teísmo e no capítulo 6 considera principalmente qual seria a nossa expectativa em relação ao mundo criado por Deus. Na sequência, discute uma série de argumentos teístas e ateístas, ordenada de acordo com o grau de generalidade das premissas desses argumentos. Desse modo, começa com o argumento teísta com premissas com o grau maior de generalidade, o argumento cosmológico (capítulo 7), passa pelos argumentos teístas teleológico (capítulo 8), da consciência e moralidade (capítulo 9), da providência (capítulo 10) e dos milagres (capítulo 12) e pelos argumentos ateístas do mal e da ocultação de Deus (capítulo 11), até chegar ao argumento crucial com base na experiência religiosa (capítulo 13).

Nessas discussões, o objetivo é sempre responder à questão sobre o poder explicativo do teísmo em contraste com as explicações alternativas de cada evento ou estado de coisa considerado. No capítulo final do livro (capítulo 14), o autor faz o balanço das probabilidades, chegando à conclusão de que a evidência acumulada permite afirmar que a afirmação de que Deus existe é provável de ser verdadeira.

A leitura bem-sucedida de *A Existência de Deus* até essa conclusão requer no mínimo a atenção aos seguintes pontos: a) ao conceito-chave de explicação; b) ao modo como os resultados dos argumentos teístas e ateístas são computados e acumulados com o uso do Teorema de Bayes; e, finalmente, c) ao argumento da experiência religiosa como fator decisivo para a conclusão final do argumento cumulativo.

a) Os argumentos a favor do teísmo considerados por Swinburne são argumentos *a posteriori*, ou seja, argumentos que têm premissas que podemos afirmar com base em algum tipo de experiência. Basicamente, nesses argumentos inferimos por indução que Deus é a melhor explicação (causa) de cada um dos fenômenos sob consideração. Mas é claro que para decidir que uma explicação A é melhor do que outra B, precisamos, primeiramente, saber o que vem a ser uma *explicação* e determinar o que é uma *boa* explicação.

Inicialmente, Swinburne distingue entre “explicação científica” e “explicação pessoal”. A explicação científica é apresentada a partir do chamado

“modelo nomológico-dedutivo” proposto por Carl Hempel. Nesse modelo, a explicação científica consiste na dedução do *explanandum*, ou seja, do evento que se deseja explicar, do *explanans*, ou seja, das condições iniciais (ou causas do evento) juntamente com uma ou mais leis da natureza (ou o porquê das causas terem o efeito que têm). A explicação pessoal, por sua vez, faz referência a pessoas, às suas intenções e poderes para realizar ações que levam ao evento que se espera explicar.

Essa diferenciação dos tipos de explicação vem acompanhada da tese de que haveria eventos inexplicáveis cientificamente, fenômenos estranhos demais como os milagres e a ocorrência de seres humanos conscientes ou grandes demais como o fato de haver o universo em vez de nada, que poderiam, no entanto, ter uma explicação em termos pessoais. Em muitos desses casos, pensa Swinburne, a explicação pessoal que apela para as intenções e poderes de Deus seria melhor do que as explicações concorrentes.

Mas quais seriam os critérios para decidir se uma explicação é melhor do que uma rival? Uma boa explicação científica seria aquela que lança mão de leis científicas verdadeiras a fim de derivar o *explanandum*. E uma proposição L é um bom candidato ao posto de lei da natureza se L pertence a uma teoria com uma probabilidade prévia alta e com grande poder explicativo. Uma explicação pessoal tem os mesmos critérios de avaliação que a explicação científica: quanto maior for a probabilidade prévia e o poder explicativo do *explanans*, melhor ela será.

Mas como determinar a probabilidade intrínseca ou o poder explicativo de uma teoria ou hipótese? Por permitir dar uma resposta a essa questão, a noção de *simplicidade* tem um papel importante em toda a argumentação do livro. É a simplicidade que permite conferir uma probabilidade prévia alta à hipótese teísta e o fator decisivo para considerar o teísmo uma hipótese explicativa melhor do que as rivais.

Em relação à explicação científica, uma teoria tem uma probabilidade intrínseca alta se for simples, quer dizer, se ela postula poucas entidades e propriedades ou um número pequeno de tipos de entidades e propriedades, se ela contém poucas leis independentes com poucas variáveis e formulações matemáticas mais simples. Swinburne nota também que há na prática científica a preferência por valores nulos e valores infinitos em vez de finitos para determinar o grau de propriedades de objetos, uma vez que especificar algum valor positivo demanda uma explicação, aumentando assim o grau de complexidade da teoria. Em relação à explicação pessoal, a simplicidade tem também um papel determinante para determinar o grau do poder explicativo de uma hipótese, como a discussão de Swinburne dos argumentos teístas e ateístas torna evidente.

b) Para exemplificar o modo como Swinburne trata os argumentos teístas tradicionais, incorporando-os no seu longo argumento cumulativo, consideremos o argumento cosmológico.

O argumento cosmológico é um argumento *a posteriori* a favor da existência de Deus. Um argumento a favor da existência de Deus é chamado de “*a posteriori*” se contém ao menos uma premissa que depende da experiência para ser conhecida. O argumento cosmológico contém entre as suas premissas a afirmação genérica de que existe algo contingente, ou seja, algo que existe efetivamente, mas poderia não existir, como o nosso universo, com as suas leis e objetos.

Partindo da suposição de que podemos oferecer explicações para qualquer evento contingente e que uma boa explicação, o *explanans*, nunca é mais complexa do que o que é explicado, o *explanandum*, Swinburne considera, inicialmente, que não haveria uma explicação científica completa para todo o universo: por um lado, de acordo com as melhores teorias científicas atuais, não podemos recuar além do ponto inicial do universo, o que impede a descrição dos estados iniciais e das leis que produziram o nosso universo; por outro, mesmo se pudermos ir além desse ponto inicial, não chegaríamos nunca a uma explicação completa, pois, nesse caso, há um regresso ao infinito de explicações.

Considerando então as alternativas de explicação pessoal para todo o universo, particularmente que o universo tenha sido obra de um conjunto de deuses ou semideuses, bem como a alternativa de que o universo poderia ser deixado sem explicação como um fato bruto, Swinburne conclui que o teísmo seria uma explicação mais simples, ou seja, que a nossa expectativa em relação a existir o universo é maior dado o teísmo do que dadas as hipóteses concorrentes, ou seja, que $P(e_1|h) > P(e_1|\sim h)$ onde e_1 é a existência do universo, h é a hipótese teísmo e $\sim h$ representa as hipóteses em competição com o teísmo. Esse resultado, inserido no Teorema de Bayes, permite concluir que o argumento cosmológico oferece alguma evidência para o teísmo, de tal modo que $P(h|e_1) > P(h)$, ou seja, a probabilidade do teísmo dada a ocorrência do universo – computada no argumento cosmológico como a probabilidade de h dado e_1 –, é maior do que a probabilidade prévia do teísmo.

Os passos seguintes do argumento cumulativo consistem em perguntar se cada argumento que introduz uma nova evidência e_{n+1} contribui para aumentar a probabilidade do teísmo de tal modo que $P(h|e_n + e_{n+1}) > P(h|e_n)$, e o procedimento é mostrar se o teísmo somada à consideração das evidências já computadas seria ou não uma explicação mais simples do que as explicações concorrentes.

Esse procedimento é sistematicamente adotado ao longo de todo o livro até o argumento crucial desenvolvido no capítulo 13, o argumento a favor do teísmo com base na experiência religiosa. O problema será então saber se a melhor explicação da experiência religiosa é o teísmo ou alguma hipótese concorrente, considerando nessa avaliação todas as evidências anteriormente incorporadas ao teísmo com o uso do Teorema de Bayes, notadamente as evidências que fornecem os argumentos cosmológico, teleológico, da moralidade e da consciência moral, da providência, do mal e dos milagres. Vejamos como se dá o desenvolvimento da argumentação nesse capítulo final.

c) Uma experiência religiosa é um evento mental consciente de parecer a alguém que Deus ou alguma entidade sobrenatural esteja presente. A expressão “parecer” é usada nesse contexto com um sentido epistêmico, pois haveria uma conexão entre o conteúdo da experiência da presença de Deus e o fato de se acreditar que Deus ou alguma entidade sobrenatural esteja presente. O problema básico na discussão da experiência religiosa é então saber se o parecer que Deus está presente autoriza o crente a assumir que Deus está realmente presente, assim como quando vemos um velho amigo que parece estar de bem com a vida nos autoriza a assumir que ele de fato está de bem com a vida.

Há um princípio epistêmico que autoriza a inferência de “parece que p” para p, ao menos nos casos em que não há algum impedimento. Esse princípio é denominado “Princípio de Credulidade”. No seu livro, Swinburne apresenta esse princípio e discute extensamente os impedimentos à sua aplicação. Considerando um caso de parecer perceptual de um objeto x, ele destaca que a inferência de “parece que isto é um x” para “isto é um x” seria impedida 1) caso as condições do agente cognitivo fossem tais que a sua percepção de x não pudesse ser tomada como confiável ou 2) caso a experiência passada indique que casos semelhantes de percepção de x geraram afirmações falsas sobre x ou 3) caso seja mostrado que é muito provável com base em evidência prévia que x não estivesse presente ou 4) caso seja mostrado que x, mesmo presente, não seria a causa da percepção de x. Se não há qualquer impedimento do tipo 1), 2), 3) ou 4), estamos autorizados a inferir de “parece que isto é um x” para “isto é um x”.

Em relação à experiência religiosa, portanto, todo o problema consiste em mostrar se haveria “impedimentos” da experiência, de tal modo que, mesmo se parecer a alguém que Deus esteja presente, essa pessoa não estaria autorizada a afirmar que Deus está presente. De modo geral, Swinburne alega não ser o caso que a condição das pessoas que têm experiência religiosa seja de algum modo defeituosa e que a diversidade das experiências religiosas e o desacordo sobre essas experiências não são suficientes para recusar o valor

evidencial da experiência religiosa, e também sustenta que a percepção de Deus ou a alegação que a percepção de Deus seria causada por outra coisa é um impedimento do valor evidencial da experiência religiosa somente se for mostrado de maneira independente que Deus não existe e, nesse caso, o ônus da prova cabe ao ateu.

A conclusão é que a probabilidade do teísmo ser verdadeira dada a experiência religiosa é maior do que a sua probabilidade prévia. Mas podemos dizer que a hipótese teísta seja uma explicação melhor para a experiência religiosa do que a explicação naturalista que não apela a Deus?

Sem dúvida, podem existir explicações naturalistas para a experiência religiosa, e de fato há muitas explicações desse tipo. Essas explicações, em geral, entendem a experiência religiosa como um tipo de ilusão e a crença que daí advém como confabulação. Porém, mantém Swinburne, se temos uma capacidade básica de detectar como as coisas são, como devemos realmente supor se não queremos assumir um ceticismo arbitrário, é mais provável que tenhamos uma percepção aparente de x se x estiver presente do que o contrário. E é exatamente isso que afirma o Princípio de Credulidade, e a aplicação desse princípio não é em princípio impedida no caso da experiência religiosa. Portanto, podemos concluir que a hipótese teísta é uma explicação melhor para a experiência religiosa do que a explicação naturalista.

A consequência mais surpreendente da discussão sobre a percepção vem no capítulo final do livro, intitulado “O Balanço das Probabilidades”. Swinburne diz o seguinte:

[...] tudo o que minhas conclusões até aqui querem dizer é algo como que é tão provável quanto não que o teísmo é verdadeiro, dados os indícios (evidências) considerados até aqui. Porém, até aqui neste capítulo eu ignorei um indício (evidência) crucial, o indício da experiência religiosa. Eu concluí o último capítulo com a afirmação de que, a menos que a probabilidade do teísmo em visto dos outros indícios (evidências) seja muito baixa, o testemunho de muitas pessoas que relataram experiências religiosas aparentemente de Deus é suficiente para fazer muitas dessas experiências provavelmente verdadeiras. Ou seja, o indício (evidência) da experiência é suficiente para fazer o teísmo provável no fim das contas. (SWINBURNE, R. *A Existência de Deus*, p. 549).

A ideia parece ser que a acumulação da evidência na discussão dos argumentos teístas ao longo de todo o livro leva até o momento da discussão da experiência religiosa a tornar a hipótese do teísmo ao menos minimamente provável. Quando se tem o argumento da experiência religiosa, no entanto, o nível da probabilidade aumenta significativamente, uma vez que, dado o Princípio de Credulidade, o parecer que Deus está presente autoriza assumir que Deus está presente, e não há razão, dada a acumulação da evidência, para supor que é mais provável que não que Deus não exista.

O livro é uma catedral filosófica e as estruturas são aparentemente sólidas. Mas é claro que pode haver questionamentos em relação ao solo no qual a estrutura foi montada. Ao longo do livro, Swinburne discute muito brevemente ou até mesmo assume sem discussão muitas teses metafísicas, algumas delas questionáveis, como o dualismo mente-corpo e o realismo moral. A tese da simplicidade também pode ser alvo de ataque, bem como a noção de explicação pessoal ou detalhes nas suas discussões sobre os argumentos teístas e sobre os problemas do mal e da ocultação divina. Seja como for, hoje em dia qualquer pessoa interessada em questões filosóficas sobre Deus tem de se engajar com os argumentos de Swinburne propostos em *A Existência de Deus*, uma leitura obrigatória nos cursos de filosofia da religião e teologia.

Sérgio Ricardo Neves Miranda

Universidade Federal de Ouro Preto

Referências

SWINBURNE, R. *A Existência de Deus*. Trad. Agnaldo C. Portugal, Brasília: Academia Monergista, 2015 [2004].